**O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA VISÃO DO PROFESSOR**

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho monográfico tem como proposta analisar sobre “o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”, estabelecendo uma articulação e, posteriormente, uma reflexão mediante ao ponto de vista dos professores em relação a esta temática.

Este tema remete a muitas indagações e discussões acerca da importância e intencionalidade da Educação Infantil na vida da criança. Diante disso, espera-se com este trabalho, despertar nos professores um olhar mais sensível e apurado sobre a prática docente e as propostas pedagógicas realizadas por eles, possibilitando uma reflexão crítica sobre como elas têm refletido na vida da criança.

Pretende-se, ainda, analisar o olhar do professor sobre a contribuição da Educação Infantil para a vida escolar da criança, e ainda, como ela tem favorecido o desenvolvimento da mesma. Para tanto, esta pesquisa conta com a colaboração de professores, que vem contribuir significativamente, compartilhando seu modo de ver esta educação.

Sabe-se que as instituições de Educação Infantil têm como foco principal cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, levando através do lúdico, momentos de aprendizagem aliados à criatividade, imaginação, de modo que a criança se desenvolva em seus aspectos motor, afetivos, cognitivo e social.

É através da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, que a criança tem a possibilidade de conhecer e explorar suas características e habilidades, evoluindo a partir delas. Ao experimentar as propostas voltadas para elas, as crianças vivenciam um mundo de descobertas, através de elementos que contribuem significativamente para seu aprendizado, refletindo na construção do seu conhecimento também nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Acredita-se que, ao passar pela Educação Infantil, as crianças consigam obter resultados mais relevantes na sua aprendizagem, pois, as vivências propostas por essas instituições propiciam o amadurecimento da criança, proporcionando a aquisição de conhecimentos necessários que irão contribuir para a vida escolar futura.

As propostas pedagógicas na Educação Infantil, tem o propósito de despertar os sentidos da criança, sendo eles o cognitivo, afetivo, social e motor, além de trabalhar a autonomia. Contudo, é importante ressaltar que a criança já traz consigo uma bagagem cultural e um conhecimento particular, que a torna capaz de transformar, criar e inventar ao seu modo. Assim, a educação da criança se torna significativa ao considerá-la um ser social, uma cidadã de direitos, que possui uma história e uma tradição já construída. Portanto, considerar a criança como ser social, é dar-lhe liberdade para expressar-se, e diante disso, evoluir.

Na Educação Infantil o professor é o principal mediador dessas vivências, que devem ser promovidas intencionalmente, de modo a alcançar as metas e objetivos traçados para aquela determinada criança ou turma, garantindo uma aprendizagem significativa, individual e coletiva. Diante disso, acredita-se que as práticas pedagógicas dentro das instituições de Educação Infantil têm sido relevantes e pertinentes ao desenvolvimento integral da criança.

No entanto, as escolas de Educação Infantil têm sido vistas apenas como espaços onde os pais deixam seus filhos, lugar de criança ficar, depósito, ou confinamento, sem levar em conta o caráter pedagógico.

Por outro lado, ouve-se que essas instituições tem o dever de fazer com que as crianças, menores de seis anos, aprendam o dito “b a BÁ”, promovendo a antecipação da alfabetização e letramento. Assim, as Escolas de Educação Infantil, muitas vezes, não são reconhecidas em seu verdadeiro valor, em sua verdadeira essência.

A partir desses pressupostos, acredita-se que diante da visão do professor, pode-se obter melhor visibilidade desta realidade, aonde o mesmo venha colaborar para um esclarecimento do que a Educação Infantil tem representado na vida da criança. Assim, faz-se necessário, desvelar a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança, de modo que esta seja compreendida pelas pessoas que dela usufruem, garantindo que as crianças, cidadãs desse direito, sejam contempladas integralmente.

Partindo dessas premissas, ressalta-se que o objetivo deste trabalho é analisar como tem sido o desenvolvimento da criança dentro da escola de educação infantil na perspectiva do professor, uma vez que este vivencia experiências que permitem analisar de outro ângulo, os resultados da Educação Infantil realizada atualmente dentro das instituições em que eles trabalham. As reflexões serão a partir de análise de dados coletados através de questionários aplicados à professoras de Educação Infantil.

Assim sendo, as indagações que se pretende aqui analisar são: Como a Educação Infantil tem contribuído para o desenvolvimento da criança dentro das instituições? Quais são os entraves encontrados dentro das instituições de Educação Infantil para realização eficiente deste trabalho?

O objetivo geral deste presente trabalho é refletir sobre “o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”. Se firmando neste objetivo, cabe também enfatizar os objetivos específicos: Destacar o objetivo inicial do professor ao escolher tal profissão; Reconhecer o significado e importância do professor de Educação Infantil; Ressaltar o significado da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor atuante.

As hipóteses se definem por acreditar-se que esta profissão oferece possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da criança em vários aspectos, além de obter satisfação pessoal ao contribuir para esta evolução; O professor de Educação Infantil é um mediador fundamental na vida da criança e, através de práticas pedagógicas significativas, favorece o desenvolvimento integral da criança de forma eficaz e eficiente; A Educação Infantil é importante, pois, contribui para a evolução da criança enquanto ser social, assim, estar fora dela, seria como perder uma oportunidade de conhecimento e aprendizagem.

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho ocorrerá a partir dos apontamentos feitos por três professoras de uma escola de Educação Infantil privada e outros sete de uma pública. Esses apontamentos serão adquiridos por coleta de dados através de um questionário composto por oito questões abertas, que partirão do princípio de levantar informações acerca do tema escolhido para este projeto.

Assim sendo, embaso este trabalho à luz de autores que contribuíram para enaltecer assuntos que são pertinente à esta pesquisa. Dentre eles se destacam: Carvalho e Salles (2002), Costa (2000), Franco (2002), Hoffmann (1996), Kramer (1991 e 1996), Marcílio (1998), Prada (2004), Ramos (2010), Rocha (2002) e Salles e Faria (2012).

Os capítulos teóricos a seguir são divididos em três, onde procurou-se abranger a história da criança e todo seu percurso, conquistando o direito à educação infantil. No último capítulo buscou-se transcrever sobre o desenvolvimento da criança.

No capítulo 1, com a temática “A criança e sua construção social ao longo da história”, relata-se a história da criança e toda sua trajetória, até ser reconhecida como cidadã de direitos, ser social, aquela que possui sentimentos e que necessita de atenção e cuidados. Dentro deste capítulo, também é abordado sobre a compreensão do significado da infância, que aprofunda sobre a construção deste significado, e o que ele representa na vida da criança.

No capítulo 2 aborda-se o tema “A construção do direito à Educação Infantil”, relatando a luta pela conquista dos seus direitos da criança, onde o direito à educação passou a contemplá-la integralmente.

No capítulo 3 reflete-se sobre a “educação escolar de crianças” e sua importância para o desenvolvimento infantil, se fazendo necessário refletir sobre “O desenvolvimento infantil”, ressaltando-o e apontado seus reflexos na vida social e escolar da criança.

O capítulo 4 se refere ao capítulo empírico que traz as reflexões acerca do questionário que se foi aplicado à dez professoras de Educação Infantil, sendo três de uma escola da rede privada e outras sete da rede pública.

**CAPÍTULO I**

1. **A CRIANÇA E SUA CONTRUÇÃO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA**

A criança como se conhece nos dias atuais, como cidadã de direitos, nem sempre teve seu reconhecimento perante a sociedade. Durante muito tempo **a mesma** foi discriminada, isolada e rejeitada.

A construção histórica da criança enquanto sujeito social e sua representação na sociedade se deram a partir de relatos feitos por adultos. De acordo com Rocha (2002, p. 52) “a concepção de criança é vivida e apreendida a partir das construções feitas pelos adultos, nas quais, muitas vezes, a criança não pode discursar, defender-se ou falar sobre si mesma”.

[...] até o início dos tempos modernos, a criança não era vista como sendo diferente do adulto, sempre calada, não merecendo ser ouvida, mas vivenciando e assistindo o mundo no qual não era considerada protagonista. Curiosamente se verifica que essa concepção está relacionada com o significado etimológico da palavra. (COSTA, 2000, p. **23**).

Essa postura era praticada pelos adultos somente até a criança completar sete anos, pois antes disso era considerada um ser irracional, que não **tenha** capacidade que falar ou pensar. Após esta idade já era tratada como adulto.

Ariès (1981) citado por Rocha (2002, p55) aponta que nesta época, a criança era tratada como um objeto, não existia sentimento materno, muito menos a necessidade de cuidado ou respeito. Também era comum entregar a criança para que outra família cuidasse, e esta era devolvida após os sete anos de idade, caso sobrevivesse. Ainda segundo o pesquisador:

[...] “as crianças eram jogadas fora e substituídas por outras sem sentimentos” [...] “Assim, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade”. (ROCHA, 2002, p. 55).

Era comum que os adultos aceitassem a alta taxa de mortalidade das crianças, levando Oliveira (2005), citado por Ramos (2010, p. 3) a destacar que “a alta taxa de mortalidade obtida pelas criadeiras tem sua justificativa devido à precariedade de condições higiênicas e materiais”. Em Marcílio encontra-se que a mortalidade infantil em 1950 “apresentava índices elevados: 158 mortes de menores de um ano para cada mil nascidos vivos”. (MARCILIO, 1998, p. 52).

Esta realidade ocorria com frequência, devido às más condições em que as crianças eram criadas. Não havia condições básicas de higiene, levando à doenças, e consequentemente à morte. **Embora essa mortalidade fosse um acontecimento comumente aceito pelas famílias, o poder público e Igreja, não a aceitavam com tanta naturalidade, passando a interferir, assumindo o papel de cuidar das crianças.**

Por outro lado, Carvalho, Salles e Guimarães (2002, p. 13) apontam que embora a diferença entre a criança e o adulto seja notada em vários aspectos, não influenciou para que, no passado, a criança fosse tratada como adulto. Ao completar sete anos de idade, as crianças passavam a exercer funções e tarefas, assumir responsabilidades, participar de eventos, vivenciar práticas sexuais e se vestir como adultos. Rocha (2002, p. 55) afirma que “isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças”.

Carvalho, Salles e Guimarães (2002, p. 13-14) também apontam que o tratamento da criança era diferenciado de acordo com sua classe ou gênero, de modo que cada um se encarregasse de aprofundar na área que lhe pertencia. Assim, o menino branco de elite era bem-educado, doutrinado, estudava em colégios e aprendia sobre como liderar, enquanto a menina branca aprendia os a fazeres ditos femininos, se preparando para cuidar da família e dos filhos, quando adulta. Por outro lado, a criança pobre ou escrava trabalhava e tinha que ser produtiva, aprimorando cada vez mais suas habilidades, seguindo os exemplos do pai trabalhador. Assim sendo:

“As vivências da infância eram radicalmente diferenciadas, definidas pela sua inserção social, por pertencimentos raciais e de gênero. Isso determinava diferentes processos e conteúdos de aprendizagem em instâncias distintas, o colégio, no caso da criança de elite, ou o trabalho, no caso da criança pobre ou escrava”. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p. 14).

De acordo com os autores “a criança participava das atividades coletivas de seu grupo social, através das quais exercia seu aprendizado para a vida adulta. O universo infantil não era destacado do universo adulto.” (2002, p. 13). Ariès, citado por Rocha (2002, p. 53), vem dizer que a criança, durante muito tempo, era vista como “adulto em miniatura”.

Ao longo da trajetória da criança, esta se encontrava insignificante diante da sociedade. No entanto, com a interferência do poder público e religioso em relação à mortalidade infantil, a mulher assume papel fundamental aos cuidados da criança, sendo elas asamas e parteiras,que dedicavam-se à manutenção da vida infantil. Essa postura contribuiu para melhoras na higiene e saúde da criança, e ainda, “fez com que os pais não aceitassem perdê-las com naturalidade”. (ROCHA, 2002, p. 56).

Nesta perspectiva Costa (2000, p. 26), afirma que “o homem passou a preocupar-se mais com a preservação da vida da criança, com as doenças, tratamentos e curas”.

Ariès (1981) citado por Rocha (2002) define esse período como “sentimento de infância”, além de relacionar a história da infância à história da família, que foi se constituindo e se tornando privada.Esse novo olhar dado a infância determinou o direcionamento da educação das crianças, onde as famílias assumiram o papel de educá-las, tornando esta, uma educação privada.

A preocupação da família com a educação da criança fez com que mudanças ocorressem e os pais começassem, então, a encarregar-se de seus filhos. Consequentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia. (ROCHA, 2002, p. 57).

Partindo deste princípio, Costa (2000, p. 26-27) aponta as ideias Ariès (1981) dizendo que “para combater essa educação privada, a Igreja e o Estado resolveram tomar o encargo educativo”, visando que o papel de educar não cabia aos pais, mas, à uma instituição competente, no caso, a igreja. Segundo a autora, foi diante da nova postura adotada pelo poder político e religioso que fundaram-se os primeiros colégios e instituições de ensino, assumindo um compromisso, que antes era feito pelas mulheres, de cuidar e educar as crianças.

Baseando-se neste contexto histórico, a nova organização das famílias, e o novo olhar dado à criança resultou positivamente, reconhecendo-a como cidadã, sujeito social, que possui sentimento, desejo, vontade, além de se tornar elemento fundamental para compreensão do adulto. “Neste sentido, a história da infância surge como possibilidades para muitas reflexões sobre a forma como entendemos e nos relacionamos atualmente com a criança”. (ROCHA, 2002, p. 53).

**O conceito de infância vem acompanhando as transformações culturais ao longo dos tempos. Portanto, as práticas do atendimento às crianças, correspondem ao valor social que a infância tem em determinada sociedade e contextos históricos e teóricos. (PRADA, 2004, p. 54).**

**Através do caminho percorrido pela criança se tornando um ser reconhecido por todas as suas características, necessidades de cuidado e educação, importância e significado para a sociedade, faz-se necessário a busca pela compreensão da infância, visto que esta representa um período de extrema importância para a vida da criança. Para tanto,** o pesquisador francês Philippe Ariès foi um contribuinte fundamental.

ARIÈS é considerado o precursor da história da infância, pois foi através de estudos realizados por ele, com várias fontes, como a iconografia religiosa e leiga, diários de família, dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos, que surgem os primeiros trabalhos na área de história, apontando para o lugar e a representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII. (COSTA, 2002, p. 53).

**Rocha apresenta contribuições significativas do pesquisador acerca da infância, apontando que esta “tomou diferentes conotações dentro do imaginário do homem em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos de acordo com cada período histórico”. (2002, p. 54).**

Observa-se, que a infância era caracterizada pela incapacidade de se comportar de forma racional, bem como pela ausência da fala, comparando-a à velhice, alegando que ambos não raciocinavam racionalmente e não eram produtivos como os adultos, “excluindo-se crianças e idosos de diversos setores e espaços sociais”. (ROCHA, 2002, p. 54-55).

**Em Prada (2004, p. 53) “a infância também se caracteriza por agitação, aspereza, insolência e pela ausência das condições da vida social”.**

Em Rocha, nota-se que devido à alta de mortalidade infantil, a passagem curta e insignificante da criança pela vida adulta, era determinante para que não houvesse sentimento pela mesma.

**Considera-se, portanto, que a criança era insignificante até completar sete anos, inserindo-se no mundo adulto após esta idade. Este período determina uma mudança no sentimento pela criança, caracterizando-se “paparicação”, que segundo Rocha (2002, p. 56) “seria um sentimento despertado pela beleza, ingenuidade e graciosidade da criança”.**

Por outro lado, a compreensão da infância **“enquanto um período de vida, como uma idade cronológica” (PRADA, 2004, p. 51)** se dá ao longo da construção social da criança, como ser que necessita de cuidados, vindo a ser reconhecida primeiramente pelas mulheres, e posteriormente pelas famílias, que, ao enxergar e considerar suas características e especificidades, passaram a cuidar e proteger, evitando a perda do seu filho.

Segundo Ariès (1981), existiram duas posições distintas em relação à infância: uma delas que concebe a criança como ser ingênuo, que necessita de mimos, e outra que entende em fase de crescimento, necessitando assim moralização e educação. (COSTA, 2000, p. 25).

Se tratando de mimos e moralização, compreende-se que ambos os sentimentos “se completam na concepção de infância enquanto essência infantil”. (KRAMER, 1982, p. 20).

A infância deve ser considerada uma condição do ser criança, sendo importante respeitá-la e considerar seu universo de representações, pois é um sujeito participante das relações sociais, fazendo parte de um processo histórico, social, cultural e psicológico. (COSTA, 2000, p. 1).

**O conceito de infância “é uma representação das mudanças ocorridas na sociedade como um todo partindo das transformações ocorridas na estruturação da família” (PRADA, 2004, p. 55). Observa-se então, que** a criança é um ser social que existe desde sempre, enquanto a infância é uma construção de sentimento muito recente.

Diante de tais premissas, compreende-se que toda essa trajetória colaborou de forma significativa para entendimento sobre construção da criança ao longo da história, bem como a compreensão da infância, enfatizando todo o processo de lutas contínuas que resultaram no reconhecimento das especificidades da mesma.

Tal compreensão abriu caminho para estudos aprofundados, buscando o entendimento sobre seu desenvolvimento e necessidades. Também foi possível reconhecer que a criança necessita de espaços apropriados para a sua educação, visando que esta deve ser favorecida em todos os direitos de cidadã. “O modo de pensar como a criança deve ser tratada e como deve ser sua educação, expressa concepções subjacentes de infância, educação e sociedade”. (COSTA, p. 23).

**Conclui-se que ao longo da história, a criança foi assumindo um papel diferente do adulto, definindo uma cultura infantil, que vem mostrar uma maneira única e específica de ressignificar o mundo aos seus olhos, delineando seu espaço e sua importância diante da sociedade.**

**CAPÍTULO II**

1. **A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL**

Ao longo da construção enquanto sujeito social e da compreensão da importância da infância, a criança foi adquirindo seus direitos**. Direitos esses que repercutiram positivamente na vida da criança nos dias atuais, assegurando o direito à vida, saúde, respeito, cuidados, educação, proteção entre outros, contribuindo para uma vida digna.**

Descreve-se a seguir, as principais mudanças ocorridas acerca da construção dos Direitos da Criançaque se deram a partir de um longo processo, ampliando-se de acordo com a evolução da humanidade.

O século XX é o século da descoberta, valorização, defesa e proteção da criança. No século XX formulam-se os seus direitos básicos, reconhecendo-se, com eles, que a criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios. (MARCÍLIO, 1998, p. 47).

Os Direitos da Criança se originam da formulação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão, segundo a autora, e foram incorporados na primeira Declaração dos Direitos da Criança.

Com os avanços da medicina, das ciências jurídicas, das ciências pedagógicas e psicológicas, o século XX descobre a especificidade da criança e a necessidade de formular seus direitos, que passam a ser tidos como especiais. (MARCÍLIO, 1998, p.48).

**Ao longo da história da criança, muitos avanços foram surgindo em relação aos seus direitos, contando com a contribuição de vários especialistas, que vieram a dar devida importância à especificidade da criança, despertando um olhar voltado para elas.** Segundo Marcílio (1998, p.48-49), após a Segunda Guerra Mundial “surge o UNICEF - United Nations International Child Emergency Fund - em outubro de 1946, com o objetivo de socorrer as crianças dos países devastados pela guerra”. Esta fundação foi ampliada, visando a melhoria da saúde e da nutrição das crianças dos países pobres. Neste período as creches tinham o caráter apenas de assistência.

Em 1950 a UNICEF foi ampliada mais uma vez, visando atender a educação, amparando as crianças e suas famílias em serviços sociais. Assim, “a criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução”. (MARCÍLIO, 1998, p. 49). **Ao longo da história, direitos como este se definiu e foi determinante para o exercício dos mesmos na atualidade, favorecendo as crianças prioritariamente.** Dentre as metas do UNICEF encontra-se:

A proteção à criança e ao jovem em conflito com a lei, a garantia do desenvolvimento integral da criança, o apoio à família e o esforço contínuo no sentido de introduzir em cada nação uma distribuição de recursos mais equitativa. (MARCÍLIO, 1998, p. 50).

A realidade da criança foi sendo remodelada, obtendo avanços, controlando primeiro a mortalidade infantil e depois a fecundidade. Neste contexto, a escolarização também obteve melhorias e o direito à educação foi assumindo um papel importante perante as famílias e sociedade. “Com o controle das taxas de mortalidade geral e da fecundidade, ficou maisviável desenvolver políticas públicas e ações em favor da infância no Brasil”. (MARCÌLIO, 1998, p. 52).

Em Ramos percebe-se que com o processo de urbanização e industrialização acelerada, a mulher ingressou no mercado de trabalho, alterando assim os costumes familiares, surgindo, através delas, a reivindicação por melhores condições de trabalho, assim como também a criação de lugares apropriados para seus filhos. “Para isso, surgem as “criadeiras”, isto é, pessoas que se dispunham a cuidar das crianças” [...]. (2010, p. 2). **Esta urbanização e industrialização refletiriam no contexto familiar e nas condições de cuidado e educação, onde as crianças seriam reféns de uma transformação que viria a afetar toda uma estrutura familiar que foi construída mediante a longa luta.**

No entanto, a autora ressalta que diante as reivindicações, as indústrias cederam ao apelo das mulheres e dos sindicatos, visando que o rendimento do trabalho melhorava consideravelmente.

Assim, a creche foi criada para atender prioritariamente às necessidades das mães trabalhadoras, cujas crianças precisavam ser cuidadas por alguém que pudesse atender às suas necessidades básicas de alimentação, sono e higiene. (SALLES e FARIA, 2012, p. 53).

Para Ramos (2010, p. 3), o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, trouxe regulamentação para o atendimento às crianças pequenas nos jardins de infância, creches e escolas maternais. **Estes avanços contribuem para a ampliação do amparo à criança, nos espaços destinados à seu cuidado e educação, visando que a criança necessita dessas definições para serem tratadas com devida importância.**

De certa forma, a origem dessas instituições contribuiu para a desenvolvida, o profissional necessário para sua execução e os próprios tipos de instituições existentes. (SALLES e FARIA, 2012, p. 53).

Neste novo cenário, a educação para criança pequena **começa a** ganhar espaço, “durante a metade do século XX, precisamente em 1961, é aprovada a LDB”, [...] “a qual, em seus artigos, incentiva as empresas e indústria à criação de instituições pré-primárias”. (RAMOS, 2010, p. 3). **As escolas de Educação Infantil passam a definir a sua intencionalidade, buscando definir como, onde, com quem e por que dessas instituições, visando que a necessidade de cuidar e educar prevalecia, rompendo com o ponto de vista assistencialista.**

É só a partir da década de 70 que a importância da educação da criança pequena é reconhecida e as políticas governamentais começam a, incipientemente, ampliar o atendimento, em especial das crianças de 4 a 6 anos. (KRAMER, 1991, p.18).

É através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atual Carta Magna do Brasil, que contou com a participação popular em sua elaboração, que os direitos da criança passaram a ser considerados devidamente. Na constituição de 1988 consta que “pela primeira vez na história, uma Constituição do Brasil faz referências a direitos específicos da criança, que não sejam aqueles circunscrito ao âmbito do Direito da Família”. (CAMPOS, 1995, p. 17).

**Diante disso a Educação Infantil passa a ser reconhecida como direito da criança, e dever do Estado a promoção do mesmo.** O que antes era limitado à assistência ou amparo, agora representa grande avanço em relação à valorização do “desenvolvimento integral da criança brasileira” (1998, p. 18). Em relação ao artigo 227, da carta constitucional de 1988 consta que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à Criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (MARCILIO, 1998, p. 51).

**Prada (2004) ressalta,**

**Nessa Carta Magna, o artigo 205 afirma que é “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. Já o artigo 208, inciso IV, impõe “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.Esse mesmo documento, no artigo 211, parágrafo 2º, afirma que “Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”. (2004, p. 31).**

**Esta afirmação vem mostrar que a Carta Constitucional não defendia o direito das crianças de zero a três anos, visto que essas integram as creches, se mostrando “incapaz de regular sistematicamente o ensino brasileiro”. (PRADA, 2004, p. 31).**

De acordo com Marcílio, “a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos promoveu em 1989 a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança”. (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

A convenção define como criança qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade (artigo 1), cujos ‘melhores interesses’ devem ser consagrados em todas as situações (artigo 3). Protege os direitos da criança à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento (artigo 6), e suas determinações envolvem o direito da criança ao melhor padrão de saúde possível (artigo 24), de expressar seus pontos de vista (artigo 12) e de receber informações (artigo 13). A criança tem o direito de ser registrada imediatamente após o nascimento, e de ter um nome e uma nacionalidade (artigo 7), tem o direito de brincar (artigo 31) e de receber proteção contra todas as formas de exploração sexual e de abuso sexual (artigo 34) [...]”(5). (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

Neste contexto, estabelece-se o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente- assinado em 1990, reafirmando-se o direito à Educação Infantil. O ECA vem considerar como criança qualquer pessoa com até doze anos. Segundo Costa “o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8069, de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. (COSTA, 2000, p. 24).

“No ano de 1996, é instituída a Lei 9394/96, a qual propõe que os municípios sejam incumbidos de oferecer Educação Infantil” (RAMOS, 2010, p. 3). A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação -, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, foi aprovada em dezembro de 1996, e é a mais importante lei brasileira que se refere à educação infantil, **fortalecendo-a como primeira etapa da educação básica.** Sendo assim, de acordo com o artigo 29:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (RAMOS, 2010, p.4).

**Prada (2004, p. 33) enfatiza que, segundo o artigo 11 da LDB, “cabe aos municípios “oferecer a educação infantil em creches e pré-escola, e, com prioridade, o ensino fundamental [...]””. Observa-se diante desta afirmativa, que a educação para crianças não é obrigatoriedade, mas, oferecida pelos poderes públicos.**

**Com a implantação LDB, o Ministério da Educação (MEC), elaborou referenciais, defendendo um ensino de qualidade, definindo-os como PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.**

**Os PCNs tem o objetivo de orientar os professores, direcionando-os sobre o que deve dado trabalhado em sala de aula e nos espaços escolares, assessorando a competência profissional, indicando as capacidades a serem desenvolvidas pelas crianças, para a elaboração de currículos ajustados ao meio em que se pretende exercer.**

Os avanços na legislação brasileira trouxeram mudanças consideráveis em direção à proteção, educação e cuidado com a criança. Assim, os direitos adquiridos por ela ao longo da sua trajetória, em especial o direito à educação, norteou e direcionou as práticas que devem ser exercidas dentro das instituições de Educação Infantil, de modo que elas favoreçam o pleno gozo desses direitos.

**Em suma, observa-se que os impactos causados pelos avanços nos direitos adquiridos pela criança ao longo da história refletiram positivamente nas práticas da à Educação Infantil, vindo a invalidar as funções assistencialistas que antes eram praticadas. No entanto, ainda nota-se muitas barreiras nas propostas desta educação para crianças. Espera-se que diante as leis estabelecidas o direito à Educação Infantil possa-se construir uma escola dinâmica e favorece a criança em todos os seus aspectos e direitos que esta possui.**

**CAPÍTULO III**

1. **EDUCAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS**

A educação pré-escolar nasceu a partir de fatos importantes que colaboraram significativamente para “justificar o surgimento das escolas infantis”, no entanto essa realidade “é um fato muito recente”. Segundo Craidy e Kaercher “durante muito tempo, a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias ou do grupo social ao qual pertencia”. Não haviam instituições voltadas para a educação das crianças. (2001, p. 13).

Para as autoras, a educação de crianças, do ponto de vista escolar, “só foi possível porque também se modificaram na sociedade as maneiras de pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância”. (2001, p.13). **Todo percurso que a criança fez para chegar ao seu reconhecimento como cidadã de direitos, contribuiu para o surgimento das escolas de Educação Infantil.**

[...] as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, [...] Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e como torna-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social. (CRAIDY E KAERCHER, 2001, p. 15).

Craidy e Kaercher (2001) apontam que “com a implantação da sociedade industrial, também passaram a ser feitas exigências educativas para dar conta das novas ocupações no mundo do trabalho”. **A partir da nova realidade social**, a mulher se viu em uma **condição** onde ela teria que sair de casa para trabalhar. Assim as mulheres, mais especificamente as mães, passaram a reivindicar que esse direito fosse concedido aos seus filhos. Esse fato também influenciou para o surgimento das escolas de Educação Infantil, vindo a assumir o papel social de cuidar e educar as crianças.

A partir do novo olhar da sociedade diante a nova concepção de criança, infância, família e educação, percebeu-se a necessidade de haver um espaço específico para a educação da criança pequena, que oferecesse condições básicas de educação e higiene.

Reconhecendo os primeiros espaços de Educação Infantil ressalta-se que, segundo Oliveira (2005), citado por Ramos (2010, p. 2) a transformação sofrida na Europa importou para o Brasil o Jardim de Infância, fundado por Friederich Froebel, este que relacionava as crianças às plantinhas e o professor ao jardineiro. No entanto, o jardim de infância que era criticado devido ao significado que era atribuído aos asilos da França, também por serem destinadas as crianças pobres. Por outro lado, tal ideia era defendida por acreditarem que seria uma oportunidade de vantagem para o desenvolvimento infantil. No entanto, esta área foi ampliada devido à criação de uma Coordenadoria de Educação Infantil.

**Em 1974 foi criado o Setor de Educação Pré-escolar – SEPRE, vinculado ao então Departamento de Ensino Fundamental; O SEPRE transformou-se em Coordenação (CODEPRE), e ainda em 1975 foi alçado à posição de Coordenadoria de Educação Pré-escolar – COEPRE. (CAMPOS, 1995, p. 45).**

Com a criação dessa Coordenadoria, a Educação Infantil passa a ser reconhecida e ganha devida importância, tornando-se um espaço adequado para o desenvolvimento integral da criança, assumindo um papel relevante diante da sociedade. Segundo Kramer, a pré-escola serve para:

Propiciar o desenvolvimento infantil, considerando os conhecimentos e valores que as crianças já têm e, progressivamente, garantindo a ampliação dos conhecimentos, de forma a possibilitar a construção da autonomia, cooperação, criticidade, criatividade, responsabilidade, e a formação do auto-conceito positivo, contribuindo, portanto, para a formação da cidadania. (KRAMER, 1991, p.49).

Nas Diretrizes e Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, é assegurado o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social. **Esta lei representa um avanço no que diz respeito ao direito à educação da criança de zero à cinco anos, pois, mesmo não sendo obrigatório, este direito é oferecido à todas as classes sociais. Na LDB a Educação Infantil é definida como:**

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p.12).

**A primeira etapa da Educação Básica é definida e dividida como creches, que atendem as crianças de zero a três anos, e pré-escolas que atendem as crianças de quatro a cinco anos.** Diante dessas afirmações, compreende-se que através da Educação Infantil a criança tem a possibilidade de conhecer suas características e habilidades e assim trabalhar a partir delas. Considera-se, portanto, que é preciso investir em uma Educação Infantil que propicie momentos de aprendizados aliados ao prazer, contribuindo para a construção e desenvolvimento da criança. Para tanto, é necessário definir metas e objetivos que possibilitem alcançar esses resultados. Kramer (1991) afirma que “para que esse objetivo seja concretizado, definimos as seguintes metas educacionais”:

A construção da autonomia e da cooperação, o enfrentamento e solução de problemas, a responsabilidade, a criatividade, a formação do autoconceito estável e positivo, a comunicação e expressão em todas as formas, particularmente ao nível da linguagem. (KRAMER, 1991, p. 37).

As metas traçadas para a Educação Infantil **visam** alcançar um resultado favorável para a criança **individualmente ou coletivamente**, e em detrimento disso surge a necessidade de se obter profissionais preparados para cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, dentro de um espaço apropriado, realizando um trabalho de qualidade dentro da escola, que seja, segundo Kramer, “capaz de favorecer o desenvolvimento infantil e a aquisição de conhecimentos”, além de reconhecer a criança como ser social, valorizando sua identidade e respeitando seus direitos. (1991, p. 19).

Em Franco (2002, p. 58 e 62) observa-se que “sem um trabalho pedagógico adequado, instituições de educação infantil podem estar servindo, assim, de local de guarda, de confinamento”. Afirma-se, nesta perspectiva, que as intervenções pedagógicas devem favorecer o desenvolvimento integral da criança, investindo em práticas coerentes aos objetivos que se pretende alcançar. Para tanto, reforça-se a necessidade de obter profissionais preparados.

“Daí a importância de se perceber o espaço pedagógico da creche como fundamental na educação infantil, para além do seu sentido estrito de guarda ou recreação”. (HOFFMANN, 1996, p.39).

A educação infantil que desejamos é aquela que privilegia a existência plena da criança naquilo que é próprio e específico, sem desistências, concessões nem transferências. (...) A escola proposta é um lugar de satisfação, altamente gratificante. Não estar na escola, no momento, seria estar se privando de grande satisfação. (REDIN, 1998, P. 71).

Toda a trajetória da Educação Infantil se fez ao longo de uma longa luta, onde o direito à educação não era oferecido pelos órgãos públicos. No entanto, diante das lutas da sociedade pelos seus direitos, fez com que a educação fosse tomada como elemento principal para a formação da criança como sujeito social, que possui direito, e assim usufruir os mesmos. Contudo, os percalços que essa história apresenta, reforça na sociedade, o direito à luta, e em consequência dela, a vitória.

Neste novo cenário, a psicologia infantil passa a buscar compreensão sobre a infância, de modo que esta explique o desenvolvimento infantil bem como a construção do seu conhecimento. Para KRAMER “essas informações são especialmente importantes, pois delas derivam subsídios fundamentais para a prática pedagógica nos diferentes níveis da escolaridade”. (1991, p. 20).

O desenvolvimento da criança, segundo a psicologia, perpassa pelos aspectos, afetivo, motor, social, e cognitivo. Assim sendo, as práticas pedagógicas devem favorecer a criança de modo que ela se desenvolva em todos esses eles.

Para o desenvolvimento da criança em todos os aspectos pontuados na psicologia infantil, entende-se que é de suma importância que as crianças usufruam de um espaço que promova experiências voltadas para as mesmas, contribuindo positivamente para seu aprendizado. Assim, o ambiente escolar deve proporcionar segurança, conforto, bem-estar, além de promover vivências onde a criança desenvolva habilidades e tenha um aprendizado efetivo.

Piaget, Vigotsky e Wallon são teóricos sociointeracionistas que contribuíram significativamente para a compreensão do desenvolvimento infantil, este que se dá, segundo eles, através do convívio com o outro, do contato com objetos e ambientes, das trocas estabelecidas. Sendo assim, “a articulação entre os diferentes níveis de desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dá de forma isolada, mas sim de forma simultânea e integrada”. (CRAIDY E KAERCHER, 1991, p. 27). Discorre-se aqui, ainda que brevemente, alguns principais pensamentos desses teóricos.

Segundo as autoras, Henri Wallon (1879-1962), um médico francês, aponta que “o desenvolvimento se dá de forma descontínua, sendo marcado por rupturas e retrocessos”. (1991, p.28). Em Carvalho, Salles e Guimarães observa-se que segundo Wallon:

A criança experimenta tanto uma atualidade ao longo da infância, como um vir a ser, um momento que a prepara para a vida adulta. Mas não podemos esquecer que, para a criança, viver a infância constitui um momento próprio, distinto do adulto. (2002, p.20).

Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), estudioso russo, citado por Craidy e Kaercher, diz que “o funcionamento psicológico estrutura-se a partir das relações sociais estabelecidas entre o indivíduo e o mundo exterior”. (1991, p. 29).

Observa que a criança apresenta em seu processo de desenvolvimento um nível que ele chamou de real e outro potencial. O nível de desenvolvimento real refere-se a etapas já alcançadas pela criança, isto é, a coisas que ela já consegue fazer sozinha, sem a ajuda de outras pessoas. Já o nível de desenvolvimento potencial diz respeito à capacidade de desempenhar tarefas com a ajuda de outros. (CRAIDY E KAERCHER, 1991, p. 29).

Ainda sobre a perspectiva de Vygotsky, segundo as autoras:

A zona de desenvolvimento proximal ou potencial consiste na distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. [...] O papel do/a educador/a consiste em intervir na zona de desenvolvimento proximal ou potencial dos/as alunos/as, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente. (1991, p. 30).

Por outro lado, Piaget (1896-1980), biólogo e epistemólogo suíço, citado por Caidy e Kaercher.

A preocupação central de Piaget era descobrir como se estruturava o conhecimento. [...] Tal processo envolve, portanto, a capacidade de organizar, estruturar, entender e posteriormente, com a aquisição da fala, explicar pensamentos e ações. (1991, p. 30).

As pesquisas sobre o desenvolvimento e a construção do conhecimento infantil vêm trazer reflexões acerca de como a criança deve evoluir durante o período da infância. Contudo, os aspectos considerados para avaliar-se esse desenvolvimento devem levar em consideração toda a história e percurso realizado pela criança até o momento. Piaget (1970; 1978; 1987) citado por Hoffmann aponta que:

A criança constrói o conhecimento na sua interação com o objeto, entendido como o seu próprio corpo, as coisas, as pessoas, os animais, a natureza, os fenômenos do mundo físico em geral. Ao nascer, cada criança apresenta processos internos que lhe possibilitam a aprendizagem, mas que resultam em desenvolvimento a partir, essencialmente, da sua experiência sobre o meio e das condições que o meio lhe oferece para isso. (1996, p. 20).

Nesta afirmação Piaget **afirma** que não concorda com o fato de a criança só desenvolver a partir das práticas promovidas pelo professor, uma vez que para isso, a criança precisa ter desenvolvido anteriormente outras habilidades, essas que são obtidas no desenvolvimento natural da criança.

Piaget vem contribuir para a educação apontando argumentos sobre a “complexidade da questão da construção do conhecimento pela criança ao longo do desenvolvimento”. (HOFFMANN, 1996, p. 21). Essa complexidade se refere à forma como essa construção é compreendida, uma vez que a criança tem seu modo próprio de se desenvolver, de acordo com as influências do meio em que ela está inserida. KRAMER (1991, p. 30) cita que “a educação na visão piagetiana deve possibilitar à criança o desenvolvimento amplo e dinâmico desde o período sensório-motor até o operatório abstrato”.

“A criança participa ativamente da construção de sua própria cultura e de sua história, construindo conhecimentos e constituindo sua identidade a partir de relações interpessoais”. (HOFFMANN, 1996, p. 21). Neste sentido, compreende-se que a criança é autora da sua história, e a convivência com o outro permite que haja trocas, proporcionando um conhecimento mais significativo. “Um dos grandes desafios, portanto, é a busca do desenvolvimento de uma educação de qualidade em sentido amplo, que respeite as características próprias da criança”. (FRANCO, 2002, p. 24).

A partir desta concepção, o professor vem ser um mediador fundamental, promovendo, através de intervenções pedagógicas, propostas significativas que se articulem com as necessidades da criança. Hoffmann vem dizer que “a ação mediadora do educador resulta, igualmente, num trabalho pedagógico que valoriza as experiências de vida de cada criança, suas vivências culturais, raciais, religiosas, etc.”. (1996, p.30).

As atividades e situações propostas têm, portanto, o objetivo último de favorecer a exploração, a descoberta e a construção de noções, ou seja, o desenvolvimento e o maior conhecimento do mundo físico e social (da língua, da matemática, das ciências naturais e das ciências sociais), eixos básicos da função pedagógica da pré-escola. (KRAMER, 1991, p.21).

Sobre o papel do educador, este deve, segundo Craidy e kaercher (1991, p.31), “proporcionar experiências diversificadas e enriquecedoras, a fim de que as crianças possam fortalecer sua autoestima e desenvolver suas capacidades”.

Segundo a Hoffmann “o desenvolvimento das crianças acontece de forma acelerada”, fundando-se assim, uma necessidade de desenvolver atividades “que oportunizem o desenvolvimento integrado” da criança. (1996, p. 22 e 36).

A história da criança passa a ser, então, de fundamental importância, e os fatos vividos por cada uma delas em diferentes situações, [...] para serem pontos de referência para uma ação educativa permanentemente voltada ao seu desenvolvimento máximo possível. (HOFFMANN, 1996, p. 33).

Para a construção do conhecimento e desenvolvimento integral da criança, o espaço pedagógico vem contribuir significativamente. Este espaço deve seguro e desafiador, além privilegiar a criança como um todo, respeitando e valorizando suas características, tornando-se um ambiente propiciador do conhecimento. “O espaço pedagógico é, dessa forma, um espaço construído reflexivamente pelo professor, por suas premissas teóricas e na relação com as crianças”. (HOFFMANN, 1996, p.39).

Os estudos sobre o desenvolvimento infantil também influenciaram para a elaboração de um currículo apropriado, assim como também proposta pedagógicas de acordo com a especificidade da criança, ciclos ou faixa etária em que a mesma se encontra. Nas Diretrizes e Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil o currículo se define como:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p.12).

Sobre currículo, este deve ter foco em atividades significativas, atendendo “aos interesses e necessidades das crianças” segundo Kramer (1991, p.50). Ou seja, estas propostas devem ser prazerosas, onde o lúdico seja peça chave para obter resultados positivos. Essas propostas devem ainda, articular a realidade da criança, aliando-se ao conhecimento já obtido por elas, de maneira a construir novos conhecimentos.

Todos os elementos que são articulados juntamente com a criança favorecem de alguma forma, a construção do seu conhecimento, bem como seu desenvolvimento. No entanto, a Educação Infantil, vem ser o espaço apropriado, e o educador o mediador fundamental, para que ambos representem significativa evolução na vida e história da criança. **No RECNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil –, afirma-se:**

**À medida que a criança cresce, o desenvolvimento de novas capacidades possibilita que ela atue de maneira cada vez mais independente sobre o mundo à sua volta, ganhando maior autonomia em relação aos adultos. (RECNEI, 1998, p. 18).**

**O desenvolvimento da criança está relacionado com o processo de aprendizagem, este que é estimulado intencionalmente. Cabe-se ao educador, ou adulto que acompanha a criança, incentivarem a sua evolução, o seu desenvolvimento.**

**O período pré-escolar é marcado por consideráveis mudanças no processo evolutivo. Essa fase da vida humana constitui uma série de desafios, tanto para a criança que está constantemente testando suas novas habilidades físicas e mentais, quanto para os pais e educadores. (MACHADO, 2002, p. 20).**

**As novas descobertas sobre o desenvolvimento infantil o educar se tornou tão importante quanto o cuidar.** **Diante de tais princípios, a Educação Infantil se torna fundamental para o desenvolvimento integral da criança, além de se revelar essencial para uma aprendizagem efetiva da mesma.**

**Através da Educação infantil a criança socializa, desenvolve habilidades, melhora o desempenho escolar futuro, propiciando resultados positivos. Neste espaço são estimulados o autoconhecimento, o respeito ao próximo, e ainda desperta-se através do brincar, do movimento, da língua oral e escrita, a criatividade, imaginação, a matemática, as artes visuais, a música e o conhecimento do mundo, ressaltando a construção da cidadania. Prada afirma, “assim, a Educação Infantil configura-se como uma etapa de saberes próprios às crianças em fase de aprendizagens específicas, de significados ímpares ao desenvolvimento infantil de qualidade”. (2004, 35).**

**Portanto, as interações que se estabelecem no cotidiano, dentro do espaço escolar de Educação Infantil, permitem que a criança se aproprie de uma construção do saber, através de elementos que emergem de práticas pedagógicas intencionadas, e metodologias eficientes. Sabe-se que cada criança possui um conhecimento que foi adquirido informalmente, através de vivências do cotidiano social, com a família, e com o meio cultural em que ela está inserida, assim, o professor mediador deve utilizar deste conhecimento para entrelaçar com as experiências que se propõe à Educação Infantil, de modo que a criança atribua significado à tudo o que já foi vivenciado e experimentado por ela, durante sua infância, aliando-se às novidades e descobertas que virão.**

**Assim, conscientes de seu papel de cuidar e educar as crianças, as atividades, os tempos, os espaços, os materiais, as próprias crianças e as metodologias de trabalho devem ser organizados de modo que essas iterações possam ocorrer de forma mais rica possível. (SALLES E FARIA, 2012, p. 56).**

**Conclui-se que estar na Educação Infantil, é pertencer há um mundo cheio de possibilidades, de aprendizagens constantes e significativas, aonde o desenvolvimento integral da criança vem ser resultado de todo um trabalho pedagógico voltado para a construção do saber, que são norteadas por referenciais, legada por direitos, abrangida por estruturas de governo que se fez presente na caminhada dos direitos à Educação Infantil, favorecendo à todas as crianças de zero à cinco anos. Portanto, esta educação, que se faz tão necessária na vida da criança, é digna de seu reconhecimento.**

**CAPÍTULO EMPÍRICO**

**ANÁLISE DE DADOS**

O ingresso das crianças menores de seis anos no espaço escolar tem sido cada vez mais comum e frequente, isso mostra o quanto esta tem sido importante para a formação da criança como cidadã, tornando-se necessário investir em uma educação que atendam as necessidades dessa realidade contemporânea, onde as famílias buscam se adequar nesta sociedade cada vez mais exigente, e isso faz com que haja necessidade de matricular as crianças cada vez menores nas escolas de educação infantil.

A atual realidade vivenciada pelas famílias, numa sociedade consumista e ocupada, tem representado um cenário preocupante no que diz respeito à educação e cuidado com as crianças menores de seis anos, isso afeta grande parte da sociedade infantil. Em detrimento disso, a criança tem passado boa parte do seu dia, do seu tempo e, da sua infância dentro dos espaços escolares. Assim, faz-se necessário, que as propostas de educação infantil supram essa deficiência causada pelo próprio homem.

O processo de industrialização – quer inserindo mães e pais de forma cada vez mais intensa no mercado de trabalho, quer obrigando-os a viver desempregados ou à margem das conquistas trabalhistas – trouxe como consequência o afastamento cada vez maior dos familiares. Em grande parte das vezes, a família usa o espaço domestico apenas para dormir, buscando repor a sua energia para a próxima jornada de trabalho. (SALLES e FARIA, 2012).

Esta nova inserção das famílias no mercado de trabalho ocasiona o afastamento das crianças do contexto familiar, da rotina cotidiana tranquila. Diante disso, a proposta desta pesquisa qualitativa é refletir como tem sido a educação das crianças pequenas, e como esta tem contribuído para seu desenvolvimento. Esta pesquisa vem apontar, aos olhos do (a) professor (a), como tem acontecido a educação das crianças de zero a cinco anos nos espaços escolares. Pra isso, foi desenvolvido um questionário com oito questões abertas, onde dez professoras de Educação Infantil contribuíram, respondendo-as.

O questionário se baseou na temática “o significado da educação infantil para o desenvolvimento da criança na visão do professor”, partindo deste princípio, as questões foram definidas com intuito de compreender se a educação das crianças tem contribuído para seu desenvolvimento, como se espera.

As questões desenvolvidas para este questionário contou com um roteiro de perguntas direcionadas às professoras da educação infantil atuantes sobre “o que levou a escolher trabalhar com a Educação Infantil”, “para você, qual o significado da Educação Infantil para sua vida escolar das crianças”, “como tem acontecido a Educação Infantil na escola que você trabalha”, “que aspectos você acha mais relevantes”. Ainda foi questionado “quais os entraves que você percebe de avanços que já ocorreram”, “o que você percebe de avanços que já ocorreram”, “qual o significado e importância do seu papel como professor dentro da sala de aula”, “quais as principais cobranças por parte das famílias em relação à instituição ou ao trabalho realizado por você na Educação Infantil”, e por fim “o que você gostaria que a instituição que você trabalha lhe oferecesse para seu trabalho fosse ainda mais eficiente”.

O tema desta pesquisa vem apontar as principais contribuições da educação infantil na vida da criança, bem como a importância do professor nesta fase, sabendo-se que este é o período em que a criança se desenvolve em todos os seus aspectos. Contudo, observa-se que o questionário apresenta ferramentas que contribuem para a análise de dados, onde as respostas se tornam relevantes ao que se pretende aqui refletir.

É preciso levar em conta todo o processo de formação em que cada professor questionado passou, além da sua trajetória de trabalho, bagagem de conhecimentos, práticas e experiências vivenciadas, vindo a apresentar seu ponto de vista.

O questionário foi entregue às professoras no início do mês de novembro de dois mil e dezessete, distribuídos entre uma escola privada e outra pública, onde foi feita uma breve apresentação do que é a pesquisa que se pretende realizar, além dos assuntos abordados no questionário. Os dez questionários entregues foram respondidos, dois deles de imediato, os outros oito levaram em torno de 3 a 4 dias para serem respondidos e devolvidos. No entanto, todas as professoras, regentes nas turmas de maternal II e III, primeiro e segundo período, formadas em Pedagogia, Magistério, algumas com especialização em Psicopedagogia, outras com especialização em Educação Especial, além de vários cursos ao longo da jornada de trabalho, apresentaram boa vontade em contribuir para tal pesquisa, relatando seu ponto de vista, experiências e suas ideias acerca da temática.

A questão de número um se refere ao que levou escolher trabalhar com Educação Infantil, onde a resposta de três professoras se destacou dentre as demais, relatando que ingressaram nesta área devida “as mudanças e necessidades ocorridas no papel da mulher na sociedade”. Este relato vem afirmar que as mudanças na sociedade, em relação ao papel da mulher, a direciona para o mercado de trabalho. Nesta reposta, as professoras ressaltam que escolheram esta profissão por gostar de trabalhar com crianças pequenas, além de perceber que este é o início da vida de uma criança na escola, e que esta proporciona várias descobertas. Outro apontamento importante diz que a **educação infantil** é a primeira etapa da educação básica, e é nessa fase que ela começa a desenvolver suas capacidades físicas, cognitivas, afetiva, estética, ética, de relacionamento interpessoal e de inserção social. Nesta perspectiva, observa-se que a escolha de se trabalhar com crianças de zero a cinco anos na Educação Infantil demanda um olhar sensível e apurado, além de contar com a dedicação e doação dos professores, contribuindo para a evolução da criança.

Este instrumento de coleta de dados favorece uma visibilidade mais ampla do tema escolhido para análise, possibilitando reflexão acerca de questionamentos que faz-se diariamente.

A questão número dois apresenta a pergunta sobre qual o significado da Educação Infantil para a vida escolar da criança, abrindo-se espaço para o professor refletir sobre as práticas que se tem exercido, e se elas têm favorecido o desenvolvimento integral da criança. As repostas apresentaram argumentos diversos, entre eles apontaram como sendo uma etapa importante para criança, pois é através desta educação que se aprende os valores, a se movimentar, explorar seus sentidos, conhecer seu corpo, trabalhar a autonomia.

A criança precisa da atividade, da ação para a compreensão do universo social e natural. Compreender, para a criança, significa necessariamente, como bem mostrou Piaget, agir sobre os objetos que a rodeiam, experimentar suas possibilidades de uso, indagar sobre seu significado. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p. 21).

Também foi relatado que as experiências vivenciadas na Educação Infantil são essenciais para o desenvolvimento das crianças, pois através de um trabalho lúdico a criança desenvolve habilidades, conhecimentos, sensibilidade, valores e compreensão do mundo a sua volta.

O caráter lúdico medeia a ação da criança no mundo. Em suas atividades, a criança empresta-lhes um sentido que não está na objetividade dos resultados buscados pelo adulto, mas no prazer da sua execução. (CARVALHO, SALLES E GUIMARÃES, 2002, p.21).

Esta afirmação vem de encontro com os relatos, destacando a importância desta educação, uma vez que a criança tem a possibilidade de socializar, convivendo e aprendendo umas com as outras, além de explorar diferentes campos de conhecimento, oferecendo-lhe condições adequadas de desenvolvimento, promovendo a ampliação de suas experiências, contribuindo também para uma escolarização futura. Entre as respostas, vale destacar:

“Acredito que a Educação Infantil seja um intermediário entre a família e a escola, pois é o primeiro contato do aluno com aquele novo ambiente, separando-o da mãe e do pai. Nesse novo espaço ele irá (ainda mais) aprender a lidar com conflitos, será encorajado a construir sua autonomia, será apresentado para si como um individuo, aprenderá a dividir, a respeitar momentos. Essas e demais construções são necessárias não só na vida escolar das crianças, mas em todos os momentos” (PROFESSORA QUESTIONADA).

Esta questão contribuiu para a compreensão do significado da educação infantil na visão das professoras, uma vez que esta primeira etapa da educação básica significa inserção em um espaço diferente do lar, longe do núcleo familiar, que por sua vez se encarrega de proporcionar um mundo cheio de descobertas.

Este questionário apresenta uma questão que busca saber como tem acontecido a Educação Infantil da escola em que as professoras trabalham, fazendo-se necessário destacar que são duas escolas distintas, uma pública outra privada, em contextos culturais, econômicos e sociais opostos. Assim, as repostas variaram entre exercer propostas que englobam o cumprimento de regras e combinados dentro da sala de aula, trabalham-se jogos, brincadeiras, rodas de conversas, cantigas de roda, resgates de brincadeiras antigas, além de promover projetos que envolvem a interação da família e comunidade. “As crianças estabelecem relação entre todas as coisas e fatos, criando suas próprias hipóteses e explicações para entender esse mundo que, cada vez mais, se abre à sua frente” (SALLES e FARIA, 2012, p. 47).

Grande parte das professoras também alegou que tem suporte da equipe pedagógica e da coordenação para elaboração dos mesmos, visando que esta prática contribui para um melhor desempenho destas propostas.

Por outro lado houve relatos negativos encontrados para trabalhar com a Educação Infantil, devido às turmas cheias, onde se tem que desenvolver com “dificuldades” as atividades elaboradas, não conseguindo obter um resultado relevante. Diante deste relato, observa-se que esta é uma realidade atualmente enfrentada em muitas escolas, fazendo com que a intencionalidade desta educação se perca em meio à tantas dificuldades. No entanto, de acordo com uma das professoras “o aspecto mais importante para desenvolver um bom trabalho na educação infantil é respeitar o desenvolvimento da criança, ser capaz de entender as especificidades de cada faixa etária”.

Esta questão mencionada acima contou com uma pergunta complementar, que julga necessário apresentar os aspectos mais relevantes encontrados na educação de criança pequena. Destaca-se entre as demais respostas que a participação dos pais na vida escolar dos filhos, independente da idade ou da fase escolar em que este se encontra, motiva a criança e o professor, encorajando-os a querer melhorar cada vez mais seu desempenho. Outro ponto de vista relatado neste questionário é importância das sequencias didáticas, que visam a formação da criança na construção do número, na consciência fonológica, e também os jogos matemáticos.

Encontra-se neste questionário o ponto de vista das professoras em relação aos entraves que estas percebem para desenvolver seu trabalho com as crianças, observando que a maioria delas apontou que as turmas cheias são as principais dificuldades encontradas, visto que esta realidade acontece tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, contribuindo assim para um fracasso escolar. Algumas das professoras ainda pontuam o fato de não concordarem com a inclusão da forma que acontece, de maneira superficial, acarretando, em muitas vezes, em mau suporte às crianças de inclusão. Em suma, é importante enfatizar que o principal entrave citado pelas professoras é devido à omissão de algumas famílias no que diz respeito à educação dos seus filhos, além da ausência em reuniões, da falta de compromisso com deveres, a não participação em projetos que envolvem a família, influenciando as crianças para o não cumprimento das tarefas da escola.

Sobre os avanços que já ocorreram dentro das escolas de Educação Infantil, percebe-se que, mesmo com todos os seus obstáculos, a escola consegue estimular e incentivar positivamente a presença da família em projetos, articulando a presença dos pais com a comunidade, vindo a firmar uma parceria entre família e escola. Neste contexto, a escola passa a contar com a contribuição dos mesmos nas contações de história, apresentações musicais e dança, enriquecendo as propostas escolares.

Das atividades em educação infantil: ouvir, contar e representar histórias; conversar sobre fatos do cotidiano; jogar, explorar jogos e materiais diversos; observar e cuidar de plantas, animais; cozinhar; desenhar; pintar, amassar, rasgar, recortar, colar e modelar; cantar, dançar e brincar com instrumentos musicais; brincar de correr, pegar, pular, esconder; alimentar-se; fazer a higiene; organizar o material e o ambiente; passear e visitar outros ambientes; operar e brincar com jogos de computador, etc... Esses componentes articulam-se no sentido de constituir pontos referenciais ao planejamento do cotidiano da ação educativa, cuja finalidade primeira é perseguir os objetivos cognitivos e sócio-afetivos. (HOFFMANN, 1996, p. 34).

Ainda nesta questão foram relatados avanços de alunos que apresentavam comportamento inadequado, agitado e agressivo, mas que agora, mediante à nova postura dos pais com a escola, conseguem acompanhar a turma, executando as propostas das professoras. A participação efetiva da coordenadora juntamente com as professoras também refletiu nos resultados obtidos dentro do espaço escolar, uma vez que esta acompanha de perto todo avanço e retrocesso ocorrido, fazendo as intervenções necessárias. Além desses apontamentos, torna-se importante ressaltar que a educação infantil, “de uns tempos pra cá”, passou a ser mais valorizada perante a sociedade e órgãos públicos.

As professoras aqui questionadas, que trabalham em uma escola privada, alegam que nesta escola é promovido uma vez por mês um centro de estudos, ministrado pela coordenadora pedagógica, abordando assuntos pertinentes à educação infantil, promovendo a formação continuada das professoras, além de um avanço constante nas discussões sobre as propostas e metodologias de trabalho.

Quando se refere ao significado e importância do papel do professor dentro da sala de aula, as respostas foram simples e coesas, enfatizando que é de extrema importância, pois, é nesta etapa da vida da criança que elas adquirem conhecimentos e valores, e com isso é necessária uma professora capacitada, que esteja preparada para mediar esses conhecimentos. Segundo Salles, Carvalho e Guimarães (2002, p. 20) o professor “deve saber através de estratégias prepará-la para o momento seguinte, colocando-a em contato com novas vivências”.

Ainda foi relatado que o professor é o espelho, ou seja, a melhor maneira de se ensinar uma criança é dando-lhe exemplos. Destaca-se também o ponto de vista de uma professora que aponta o papel do professor como sendo “um incentivador, estimulando seus alunos a terem compromisso com seus estudos”. Por outro lado, foi relatado que o professor deve-se gostar e acreditar naquilo que se faz, pois é através dos seus atos que ele conseguirá repassar as informações para seus alunos de forma coerente, servindo de modelo e inspiração. “Lembre-se de que o papel do professor é de orientar e não realizar tudo que é proposto”.

Portanto o meu papel enquanto educadora da educação infantil é mediar e conduzir o meu aluno a questionar, a buscar e a aprender, para que possam construir opiniões próprias. Ministrar aulas com objetivos que possam levar meu aluno a ter também uma aprendizagem significativa (PROFESSORA).

Foi apresentado diante desta pergunta, pontos de vistas parecidos, reafirmando que o professor deve mediar a interação social, promover o respeito mútuo, das diferenças, das classes, raça, cultural, e assim, obter um convívio agradável dentro dos espaços escolares. Portanto, de acordo com as professoras, “o professor é a referência do aluno”. Por fim, uma professora do maternal II pontua com clareza que:

O professor de Educação Infantil deve trabalhar com músicas gestuais, cantigas de roda e dança, estimulando partes do corpo, conte histórias infantis, porém curtas, trabalhe com o corpo através de estímulos, de forma que estimule a criança a identificar e nomear as partes do seu corpo, incentive e desenvolva a fala, conversando diariamente com a criança sobre os aspectos do dia-a-dia, possibilitando que essa expresse seus desejos através da fala, evitando somente a comunicação gestual, bem como favorecendo o desenvolvimento de sua linguagem. (PROFESSORA DO MATERNAL II).

Segundo Almeida,

A esperança de uma criança, ao caminhar para a escola é encontrar um amigo, uma guia, um animador, um líder, alguém muito consciente e que se preocupe com ela e que a faça pensar, tomar consciência de si e do mundo e que seja capaz de dar-lhe as mãos para construir uma nova história e uma sociedade melhor (1987, p.195).

Se tratando das principais cobranças das famílias em relação à instituição ou ao trabalho realizado pela professora na Educação Infantil, três professoras apontam que muitas famílias não conseguem lidar com situações de conflitos na escola, ocasionado muitas vezes pelos empréstimos de brinquedos, gerando desacordos entre família e escola. Ainda, encontra-se nesta questão levantamentos acerca de algumas famílias que, por valorizarem esta etapa na vida da criança, cobram o aprendizado dos seus filhos. No entanto, há quem diga o contrário, segundo uma professora, devido à falta de informação, muitas famílias não veem importância da escola de Educação Infantil, não conferem as agendas de seus filhos, não contribuem para dar continuidade em casa nos deveres de casa, deixando para o professor o papel exclusivo de ensinar, educar, cuidar.

Na escola privada, o principal levantamento foi a respeito de brinquedos que quebram ou somem, se os alunos estão bebendo água, comendo o lanche, brigando com os colegas, onde os pais cobram um posicionamento por parte da escola.

A família perdeu seu núcleo pai-mãe-filho, tornando-se um amontoado de pessoas, vivendo sob o mesmo teto ou até em tetos diferentes, tentando educar o filho com suas visões de mundo, para assim encaminhá-los à escola. Diante disso esperam que a escola se coloque no papel de responsável em educar e ensinar o pedagógico e, em inúmeras vezes, perdemos o principal foco: a formação pedagógica desse indivíduo.

A professora ainda pontua que devido aos conflitos ocorridos no espaço escolar, muitas famílias alegam que não querem que seus filhos brinquem novamente com este colega, acreditando que assim estarão evitando um futuro conflito, ou acreditando que assim estarão protegendo seus filhos.

O questionário se encerra com a questão de número oito, onde as professoras apontam o que elas gostariam que a escolas onde trabalham oferecesse para que seu trabalho fosse ainda mais eficiente, as respostas foram opostas, ao relacionar a escola privada e a pública, onde as professoras da escola privada apontam sobre toda infra estrutura que a escola oferece, das salas de aulas equipadas com televisão, computador, data show, frigobar, purificador de água, armário planejado para matérias pedagógicos e objetos dos alunos, dos professores de aulas especializadas como artes, educação física e música, além dos cursos oferecidos aos professores mensalmente, definindo como problemas as turmas cheias, visando a necessidade de redução de aluno por turma, favorecendo um melhor desempenho e consequentemente melhores resultados.

Já as professoras da escola pública alegaram que seria pertinente que houvesse televisões, computadores e data shows, em todas as salas, ilustrando e enriquecendo as aulas, atividades e propostas pedagógicas. Grande parte das respostas apresentou desejo por um salário melhor, permitindo assim trabalhar em apenas um cargo, além de conseguir se dedicar à cursos, leituras, pesquisas. Também foi pontuado o anseio por melhores condições de trabalho, mais tempo para planejamento, e ainda uma monitora para cada turma, dando suporte à professora nas atividades dentro e fora da sala de aula, uma vez que as crianças ainda são dependentes.

As crianças ainda são dependentes do adultos, necessitando de sua proteção e cuidados, e, ao mesmo tempo, precisam que ele acredite nas suas potencialidades para que avancem no processo de construção de sua autonomia e capacidade de se autocuidar. (SALLES E FARIA, 2012, p.45).

Por outro lado, relataram-se que a secretaria de educação tem oferecido cursos de capacitação de professores, contribuindo para uma melhoria constante das metodologias de trabalho. Diante as respostas desta última questão, verifica-se a diferença de estrutura, e condições de trabalho de uma escola pública e outra privada, destacando-se claramente, uma vez que isso influencia para o desempenho do aluno de cada uma dessas escolas, no entanto, cabe ao educador saber explorar cada ponto positivo que seu ambiente de trabalho lhe oferece, contornando os pontos negativos, de forma que o aluno seja contemplado integralmente em todos os aspectos pela educação oferecida.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação Lúdica – técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Editora LCT, 1981.

BRASIL. **Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. V. I, II, III. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil/Secretaria de Educação Básica**. -. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, Maria Malta. ROSEMBERG, Fúlvia. FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1995.

CARVALHO, Alysson. SALLES, Fátima. GUIMARÃES, Marilia . **Desenvolvimento e Aprendizagem.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex- UFMG, 2002.

COSTA, Márcia Rosa da. **Eu também quero falar: um estudo sobre infância, violência e educação.** In: **INFÂNCIA – forma de conceber e tratar a infância***.* Porto Alegre, 2000.

FRANCO, Márcia E. Wilke. **Compreendendo a Infância.** Porto Alegre: Mediação, 2002, 80p.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e relfexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

KRAMER, Sonia (coord.). **Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1991.

KRAMER, Sônia. LEITE, Maria Isabel. **Infância: Fios e desafios da pesquisa**. Campinas, SP. Papirus. 1996.

MACHADO, Patrícia Brum. **Comportamento Infantil: estabelecendo limites**. Porto Alegre, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Revista USP**. São Paulo. Março/Maio, 1998.

# PRADA, Lenir Rosa André. **A formação do professor da educação infantil:**

# **Um Estudo de Caso**. Três Corações. 2004.

RAMOS, Janaína Silmara Silva. **Artigo para a XVIII Semana de Humanidades: Rotina na Educação Infantil: Saberes Docentes**. Natal: UFRN, 2010.

REDIN, Euclides. **Educação Infantil: construção da cidadania e prática pedagógica.** In: Paixão de aprender, n. 7. Porto Alegre, Jun. 1994, p.48-53.

ROCHA, Rita de Cássia Luíz da. **História da infância: Reflexões acerca de algumas concepções correntes***.* Guarapuava, 2002.

SALLES, Fátima e FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. Editora Ática; 2012.